

MANUAL DE SELEÇÃO DA BIOFUND
(ANEXO I do MOP BIOFUND)



Contents

1. APRESENTAÇÃO	4
2. PROCESSO DE SELECÇÃO DE PROJECTOS	5
3. COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS	8
4. PÓS - APROVAÇÃO	8
5. ACORDO DE SUBVENÇÃO	9
6. ANEXOS	11

ACRÔNIMOS

AC(s)	Área(s) de Conservação
AF	Assistente Financeira
ANAC	Agência Nacional das Áreas de Conservação
CA	Conselho da Administração
CS	Comité de Selecção
CTF	<i>Conservation Trust Funds</i>
BIOFUND	Fundação para a Conservação de Biodiversidade
DAF	Director de Administração e Finanças
DE	Director Executivo
KfW	Kreditanstalt fur Wiederaufbau (German Development Bank)
METT	Management Effectiveness Tracking Tool
ME	Manual de Execução de Projectos
MOP	Manual Operacional
MS	Manual de Selecção
Mt	Meticais
ONG	Organização Não Governamental
NIB	Número de Identificação Bancária
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
PdA	Plano de Actividades
PFI	Ponto Focal de Implementação
PP	Plano de Aquisições (<i>Plano de Procurement</i>)
SGF	Sistema de Gestão Financeira
USD	Dólares Americanos

1. Apresentação

De entre as várias ferramentas de trabalho dos fundos de conservação avulta em importância, quando se chega à fase de financiamentos regulares à conservação, o Manual de Selecção de Projectos. O Manual de Selecção e seus anexos documentam os princípios, regras e procedimentos que compõem os regulamentos internos da BIOFUND para a selecção de Áreas de Conservação a serem financiadas em cada ciclo, descrevendo o processo de selecção até assinatura do acordo de subvenção com o beneficiário. Passos subsequentes são regidos pelo Manual de Execução de Projectos,

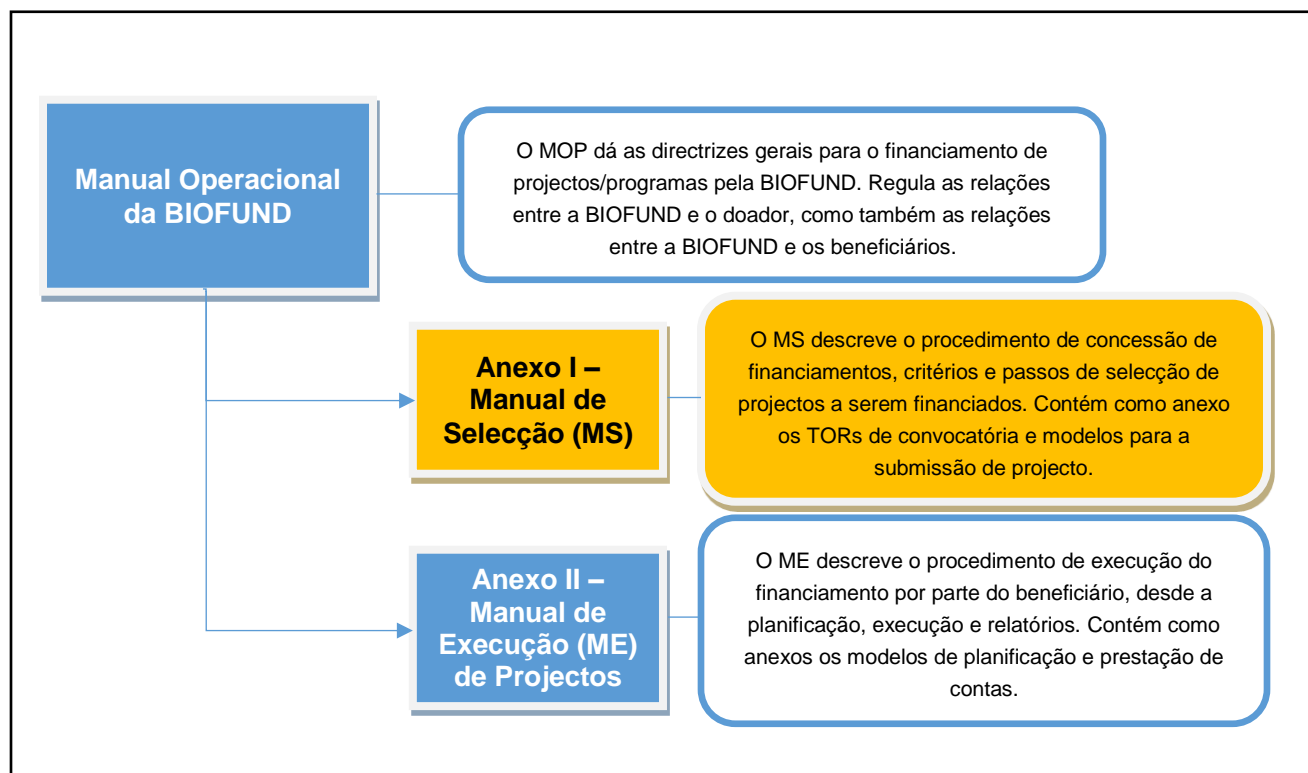


Figura 1: Lógica do documento (MOP e anexos)

Os processos detalhados neste manual incluem o processo de lançamento de ciclos de financiamento, bem como a definição de elementos específicos no lançamento de cada ciclo de financiamento, e os critérios gerais para a priorização e elegibilidade dos potenciais beneficiários. O Manual prevê a eventual necessidade de ajustes consoante as fontes e especificidades de financiamentos a serem disponibilizados.

Conforme descrito no MOP da BIOFUND, são reconhecidas diferentes modalidades de selecção como elegíveis para os *Standard Grants*, a saber, processos elegíveis induzidos (*concorrenciais* e *não concorrenciais*) e espontâneos (*orientados* e *não orientados*). Este manual apresenta as informações específicas do *processo concorrencial orientado* às Áreas de Conservação.

2. Processo de Selecção de Projectos

O processo de Selecção de Projectos detalhado abaixo é relativo aos procedimentos aplicáveis à modalidade *Standard Grants* (Doações Padrão), concebida para o apoio a custos correntes das Áreas de Conservação.

Não obstante o processo de seleção descrito abaixo, serão levados em consideração elementos chave para a análise de solicitações de apoio para as Doações Padrão da BIOFUND, tais como o Plano de Maneio da Área de Conservação e ou documentos equivalentes, Planos de Negócio, Planos Anuais de Actividade ajustados aos Planos do Governo, políticas públicas relacionadas, e/ou Orçamento do Estado.

O Comité de Selecção (CS) é responsável pela avaliação e selecção de propostas de projectos a serem apoiadas pela BIOFUND, assim como arbitrar e conduzir o processo de avaliação e selecção dos beneficiários dos ciclos de financiamento dos projectos de acordo com os termos deste manual.

Composição do CS:

- Uma Equipe técnica, composta por membros da Direcção Executiva da BIOFUND
- Um júri, composto pela Direcção Executiva da BIOFUND, complementado por indivíduos convidados pelo Conselho de Administração da BIOFUND
- Conselho de Administração da BIOFUND.

Atribuições do CS:

- a. Definir elementos concretos a serem especificados na elaboração e lançamento de cada ciclo de financiamento, e os critérios gerais para a priorização e elegibilidade dos potenciais beneficiários;
- b. Estabelecer os Termos de referência dos projectos a financiar em cada ciclo, incluindo os critérios de elegibilidade, o calendário e os processos de selecção;
- c. Garantir a publicação e ampla disseminação do anúncio dos concursos;
- d. Fazer a triagem das propostas recebidas e conferir a elegibilidade de cada delas de acordo com os termos de referência de cada concurso de projectos;
- e. Analisar e avaliar as propostas de acordo com os termos de referência e as linhas temáticas de financiamento;
- f. Elaborar actas sobre cada uma das sessões ao longo do processo de elaboração das propostas;
- g. Acompanhar e avaliar a implementação dos projectos seleccionados a partir dos marcos referenciais e discutir factores críticos e recomendar acções de melhoria nos processos de selecção seguintes.

O processo de Selecção será baseado no uso de 2 categorias de critérios: Capacidade de Gestão e Qualidade da Proposta (Anexo 1), e compreende 7 passos sucessivos, que se enumeram:

Passo 1 – Preparação de Concurso

A Etapa de preparação do concurso compreende a avaliação do desempenho do último ciclo de financiamento (quando seja o caso) e revisão e validação do planeamento do próximo ciclo de financiamento. O anúncio do concurso deverá ser publicado e os termos de referência e formulários a preencher (definidos pelo CS) serão disponibilizados aos interessados.

O lançamento de concurso em cada ciclo é precedido da aprovação pelo Conselho de Administração da BIOFUND, e o "*no objection*" dos doadores dos recursos a serem alocados.

Durante o processo de selecção dos projectos, a BIOFUND adoptará as boas práticas de gestão, o que inclui que todas as perguntas sobre o Concurso sejam encaminhadas para a BIOFUND somente por e-mail, e que as respostas sejam partilhadas com todos os concorrentes. A BIOFUND só poderá aceitar propostas enviadas até à data limite estabelecida no Concurso.

Passo 2 – Constituição de Equipa Técnica

A equipa técnica constitui a primeira instância de triagem das propostas submetidas e será composta por elementos designados da BIOFUND. Recebidas as propostas, as mesmas serão pré-avaliadas pela equipa técnica segundo os critérios de elegibilidade (exemplo no Anexo 2) e consistência de informações disponibilizadas pelo proponente.

Passo 3 – Critérios de Elegibilidade

Recebidas as propostas, as mesmas serão pré-avaliadas pela equipa técnica para estabelecer a sua admissibilidade com base nos seguintes factores eliminatórios:

- Proposta enviada fora da data limite;
- Proposta incompleta;
- Não respeitados os valores e prazos de execução mínimos e máximos estipulados;
- Propostas enviadas por instituições não elegíveis.

Propostas consideradas admissíveis recebem um número de registo e passam para o passo subsequente.

Passo 4 – Criação de um Dossiê pela Equipa Técnica e pontuações preliminares.

A equipa técnica, em seguida, constitua as propostas admissíveis em dossiê que contém dois tipos de dados, nomeadamente informação básica e avaliações técnicas:

Informação básica inclui:

- Informação sobre a biodiversidade da área a partir de base de dados da BIOFUND e parceiros;

- Informação sobre relevância da proposta face às ameaças à biodiversidade identificadas;
- Informação sobre o grau de ajustamento da proposta ao Plano de Maneio da AC e outros instrumentos de gestão da AC.

As análises técnicas são composto por:

- Avaliação da Capacidade Administrativa e Financeira com base em instrumento de avaliação específico (Anexo 4);
- Pontuação METT (Management Effectiveness Tracking Tool – Anexo 3)

Os dossiês serão encaminhados ao júri para a segunda etapa da avaliação.

Passo 5 – Pontuação por indivíduos de Júri

O júri, composto pela Direcção Executiva da BIOFUND, complementado por indivíduos convidados pelo Conselho de Administração da BIOFUND, constitui a principal estância designada para a avaliação das propostas. Cada concurso terá um novo júri constituído, mas deve sempre incorporar pessoas de elevada competência técnica.

Cada membro do júri atribui individualmente uma pontuação a cada proposta levando em consideração:

- Grau de cumprimento das condições de concurso;
- Coerência e consistência do documento;
- Coerência orçamental;
- O grau de complementaridade com outras fontes de financiamento da AC;
- Probabilidades de sucesso incluindo análise de risco com base em evidências apresentadas na proposta.

Passo 6 – Classificação Final pelo Júri

Uma vez recebidas as classificações individuais de cada membro, o júri reunirá em plenário para com base na pontuação obtida, ponderada por informações da equipa técnica, atribuir a classificação final das propostas e fazer as suas recomendações para o Conselho de Administração.

Passo 7 – Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de decisão final no processo de selecção. Na sua deliberação tomará por base o dossiê completo das propostas que contém a avaliação feita pela equipa técnica e as recomendações do júri, mas também poderá levar em consideração a necessidade de diversificação do portfólio da BIOFUND em termos geográficos, habitats e equilíbrio entre áreas marinhas e terrestres, entre outros. Suas deliberações conduzem a uma de várias situações possíveis:

- Projecto Aprovado;
- Projecto Aprovado com Recomendações;
- Projecto Aprovado com Condicionantes e
- Projecto Reprovado

O Conselho de Administração irá fazer uma classificação das propostas, sendo que as melhores classificadas serão apoiadas, conforme disponibilidade de recursos. Isso significa que algumas propostas, poderão ser reprovadas mesmo que atendam as condições do Concurso.

Após a divulgação da acta da reunião do Conselho de Administração os proponentes das propostas aprovadas serão convocados pela Direcção Executiva da BIOFUND, para a formalização dos acordos de subvenção.

Aqueles Projectos que forem aprovados com condicionantes devem incorporar as sugestões de alteração ou justificar a sua não inclusão de forma satisfatória. Caberá à Direcção Executiva analisar o acatamento das recomendações e cumprimento das condições suspensivas, incluindo a admissão das justificativas apresentadas pelo proponente. Os projectos aprovados com Condicionantes devem obrigatoriamente incorpora-las aos Projectos nos prazos previamente estabelecidos.

Esta etapa do processo selectivo é eliminatória, ou seja, caso o proponente não entregue as respostas às recomendações e condicionantes dentro do prazo estipulado ou estas não tenham sido realizadas a contento do Conselho de Administração da BIOFUND, a proposta passará à classificação de Reprovada.

3. Comunicação de Resultados

A BIOFUND comunicará os resultados do concurso individualmente aos proponentes após aprovação pelo Conselho de Administração. Nessa comunicação fornecerá detalhes sobre o processo de avaliação da proposta e divulgará a lista final dos projectos aprovados.

Os Projectos Reprovados devem ser informados dos motivos de reprovação, no intuito de melhorar o seu desempenho em processos selectivos subsequentes, não cabendo recurso, após decisão do Conselho de Administração da BIOFUND.

A avaliação de cada proposta não será compartilhada com todos os proponentes, tendo cada um acesso apenas à sua própria pontuação.

4. Pós - Aprovação

Selecionadas as ACs que receberão apoio da BIOFUND, tem início um processo de trabalho com os beneficiários, com o objectivo de melhorar tecnicamente as propostas, assim como os procedimentos a observar na implementação de cada projecto.

5. Acordo de subvenção

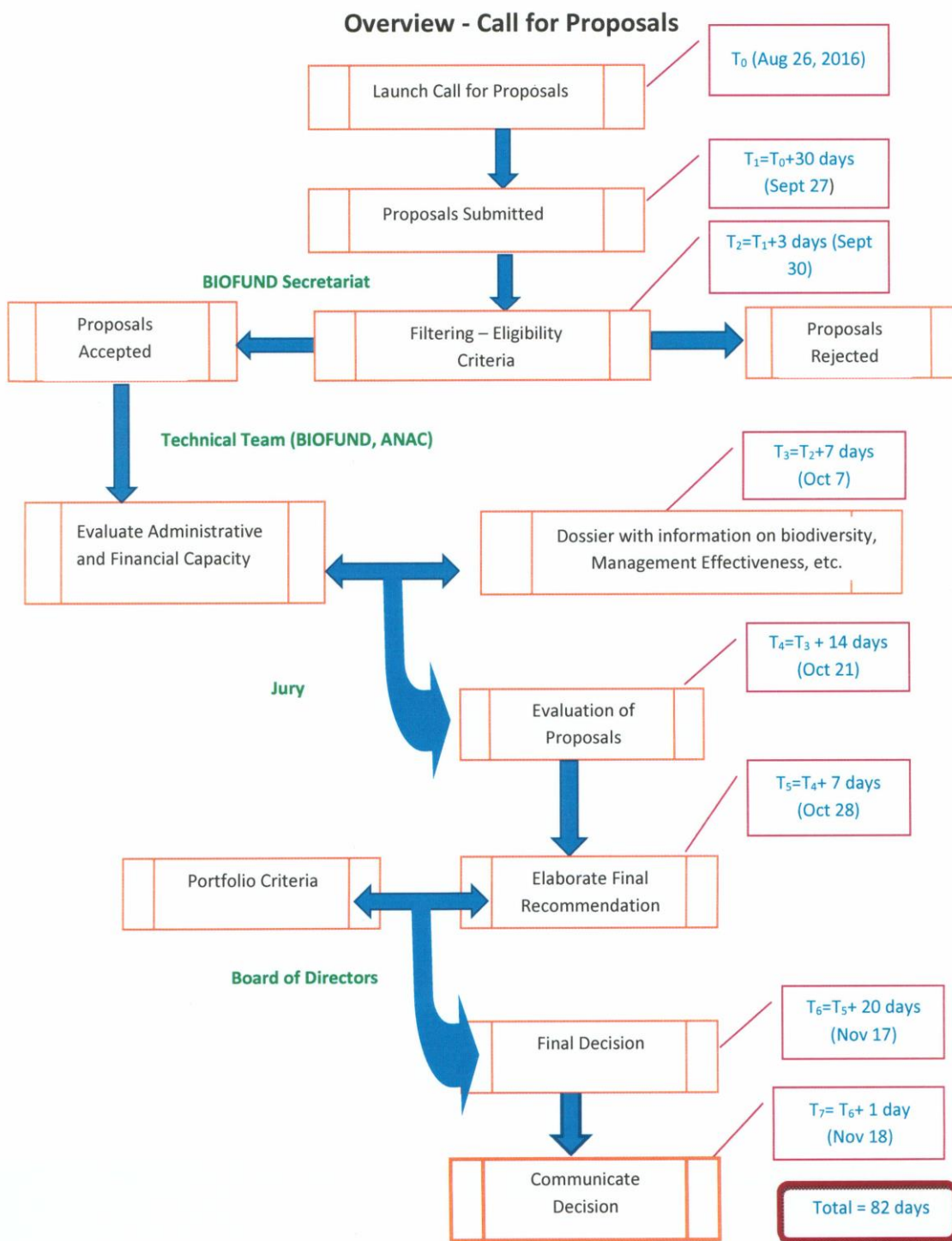
No fim do processo de ajustes do plano de actividades e orçamento, a BIOFUND e a Áreas de Conservação assinam um acordo de subvenção. No caso do beneficiário não ter personalidade jurídica, o acordo será assinado com a entidade de tutela do beneficiário (modelo no Anexo 5).

A partir da assinatura do acordo a proposta passa a designar-se "projecto", com um código específico, que integra o número de registo atribuído no momento da triagem.

Para atestarem a sua idoneidade legal e financeira e permitir a formalização do acordo, para a execução de recursos geridos pelo BIOFUND, os beneficiários deverão apresentar original, ou cópia autenticada sempre que for necessário, dos seguintes documentos:

- a. Decreto de criação da Área de Conservação (Aprovado pelo órgão competente) e publicado no Boletim da República;
- b. Despacho de nomeação do Administrador da Área de Conservação e dos diferentes membros de direcção em exercício;
- c. Número Único de Identificação Tributária - NUIT

O fluxograma detalhado abaixo, demonstra as várias etapas do processo de selecção dos beneficiários de financiamento da BIOFUND.



6. Anexos

ANEXO 1 – Critérios de Avaliação de Propostas

CRITÉRIOS	Observações
Capacidade de Gestão	
Efectividade de gestão	Usando dados do METT (<i>Management Effectiveness Track Tool</i>) recolhidos mais recentemente pela ANAC. Ver a ficha do METT em anexo.
Capacidade organizacional e financeira do proponente	Pontuação baseada em análise de aspectos estruturais, recursos humanos, meios existentes e historial de gestão de fundos. A ficha da ferramenta de avaliação encontra-se em anexo.
Qualidade da Proposta	
Ajustamento ao Plano de Maneio e às ameaças à biodiversidade	Concordância da proposta com actividades estratégicas em consonância com os objectivos de longo prazo de gestão da AC.
Grau de cumprimento das condições de concurso e coerência orçamental	As actividades e orçamentos estão alinhados com os critérios estipulados e o orçamento reflecte adequadamente as actividades propostas.
Coerência e consistência do documento	Ao nível de objectivos, metodologia, actividades, resultados e indicadores da proposta.
O grau de complementaridade com outras fontes de financiamento da AC	Não sobreposição com outros financiamentos e programas de apoio.
Contribuição socio-económica do projecto	Impacto provável na população residente na zona tampão e/ou na AC.
Factores de Ponderação	
Contribuição para um <i>portfolio</i> diversificado da BIOFUND	Em termos de habitats, diversidade geográfica, nível de consolidação, parceiros envolvidos, etc.
Riscos externos ao projecto	Factores externos que poderão influenciar a implementação do projecto.

ANEXO 2 – Critérios Específicos para o 2º Ciclo de Financiamento de Projecto Abelha (2016)

Cada ciclo tem os seus critérios específicos cobrindo os seguintes elementos:

- (1) prioridades do ciclo (em termos de temas / actividades / objectivos);
- (2) beneficiários elegíveis;
- (3) tipo de despesas elegíveis;
- (4) período de financiamento;
- (5) data limite para a recepção das propostas;
- (6) nível indicativo de financiamento disponível (seja por beneficiário ou o total disponível);
- (7) peso relativo dos critérios na avaliação das propostas.

A tabela seguinte define as características específicas do 2º Ciclo de Financiamento de Projecto Abelha 2016

Elementos de referência	Características específicas do 2º Ciclo do Projecto ABELHA												
1) Prioridades do ciclo	Financiamento de Custos operacionais (<i>Standard Grant</i>).												
2) ACs elegíveis	Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Áreas de Protecção Ambiental, e Zonas de Protecção Total.												
3) Tipo de despesas elegíveis	Despesas de funcionamento.												
4) Período de financiamento	De Janeiro de 2017 até Dezembro de 2020.												
5) Data limite para a recepção de propostas	Última semana de Setembro 2016.												
6) Nível indicativo de financiamento disponível	O tecto para as propostas individuais das ACs estará entre 70.000 USD e 100.000 USD, anualmente												
7) Peso relativo dos critérios de elegibilidade das propostas: 40% para os critérios relativos a capacidade de gestão e 60% para os critérios relacionados com a qualidade da proposta.													
<table><tr><th>CRITÉRIOS</th><th>Peso relativo</th></tr><tr><td>Capacidade de Gestão</td><td></td></tr><tr><td>Efectividade de gestão</td><td>10</td></tr><tr><td>Capacidade organizacional e financeira do proponente</td><td>30</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td>Qualidade da proposta</td><td></td></tr></table>		CRITÉRIOS	Peso relativo	Capacidade de Gestão		Efectividade de gestão	10	Capacidade organizacional e financeira do proponente	30			Qualidade da proposta	
CRITÉRIOS	Peso relativo												
Capacidade de Gestão													
Efectividade de gestão	10												
Capacidade organizacional e financeira do proponente	30												
Qualidade da proposta													

Ajustamento ao Plano de Maneio e às ameaças à biodiversidade	10	
Grau de cumprimento das condições de concurso e coerência orçamental	10	
Coerência e consistência do documento	10	
O grau de complementaridade com outras fontes de financiamento da AC	20	
Contribuição socio-económico do projecto	10	
Contribuição para um <i>portfolio</i> diversificado da BIOFUND	ponderação	
Riscos externos ao projecto	ponderação	

ANEXO 3 - METT (Management Effectiveness Tracking Tool)

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
1. Situação legal (Contexto)	A área protegida está em situação legal?	A área protegida não está publicada	0
		O Governo acordou que a área protegida deve ser publicada mas o processo ainda não iniciou	1
		A área protegida está no processo de ser publicada mas o processo ainda está incompleto	2
		A área protegida foi legalmente publicada (ou, no caso de reservas privadas possuídas por um trust ou algo semelhante)	3
2. Regulamentos da área protegida (Contexto)	As actividades insustentáveis (p.e., caça furtiva) estão controladas?	Não existem mecanismos para o controlo do uso e das actividades não apropriados na área protegida	0
		Existem mecanismos para o controlo do uso e das actividades não apropriados na área protegida, mas há grandes problemas em implementá-los eficazmente	1
		Existem mecanismos para o controlo do uso e das actividades não apropriados na área protegida mas há alguns problemas em implementá-los eficazmente	2
		Existem mecanismos para o controlo do uso e das actividades não apropriados na área protegida e estão a ser implementados eficazmente	3
3. Fiscalização (Contexto)	O pessoal é capaz de fazer cumprir as normas da área protegida suficientemente bem?	O pessoal não tem capacidade efectiva/recursos para fazer cumprir a legislação e os regulamentos na área protegida	0
		Existem grandes deficiências na capacidade do pessoal/recursos para fazer cumprir a legislação e os regulamentos na área protegida (p.e., a falta de competência, falta de orçamento de patrulha)	1
		O pessoal tem capacidade/recursos aceitáveis para fazer cumprir a legislação e os regulamentos na área protegida, mas ainda persistem algumas deficiências	2
		O pessoal tem capacidade/recursos excelentes para fazer cumprir a legislação e os regulamentos na área protegida, e as infracções são regularmente encaminhadas e as multas cobradas	3
4. Objectivos da área protegida (Planificação)	Os objectivos foram acordados?	Não foram acordados objectivos sólidos para a área protegida	0
		A área protegida acordou objectivos, mas não está a ser gerida de acordo com esses objectivos	1
		A área protegida acordou objectivos, mas estes só estão a ser parcialmente implementados	2
		A área protegida acordou objectivos e está a ser gerida de acordo com esses objectivos	3

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
5. Concepção de área protegida (Planificação)	A área protegida precisa de alargar os corredores, etc., para satisfazer os seus objectivos?	As insuficiências na concepção tornam impossível alcançar os principais objectivos de gestão da área protegida	0
		As insuficiências na concepção causam alguns constrangimentos ao alcance dos principais objectivos	1
		A concepção não constrange significativamente o alcance dos objectivos principais, mas pode ser melhorada	2
		As características do projecto da reserva ajudam particularmente a realização dos principais objectivos da área protegida	3
6. Demarcação dos limites da área protegida (Contexto)	Os limites são conhecidos e estão demarcados?	Os limites da área protegida não são conhecidos pela autoridade de gestão ou por outras partes interessadas	0
		Os limites da área protegida são conhecidos pela autoridade de gestão, mas não são conhecidos por outras partes interessadas	1
		Os limites da área protegida são conhecidos quer pela autoridade de gestão e outros, mas não estão apropriadamente demarcados	2
		Os limites da área protegida são conhecidos pela autoridade de gestão e partes interessadas e estão apropriadamente demarcados	3
7. Plano de Maneio (Planificação/Produtos)	Existe um plano de gestão e está a ser implementado?	Não há nenhum plano de maneio para a área protegida	0
		O plano de maneio está a ser elaborado ou foi elaborado, mas não está a ser implementado	1
		Existe um plano de maneio aprovado, mas só está a ser parcialmente implementado	2
		Existe um plano de maneio aprovado e está a ser implementado	3
Pontos adicionais para o planeamento		O processo de planificação permite uma oportunidade adequada para as partes interessadas importantes influenciarem o plano de maneio	1
		Existe um cronograma estabelecido e um processo de análise periódica e actualização do plano de maneio	1
		Os resultados da monitoria, pesquisa e avaliação são rotineiramente incorporados na planificação	1

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
8. Plano de trabalho regular (Planificação/Produtos)	Existe um plano de trabalho anual?	Não existe nenhum plano de trabalho regular	0
		Existe um plano de trabalho regular, mas não é monitorado quanto às metas do plano	1
		Existe um plano de trabalho regular e as acções são monitoradas quanto às metas do plano, mas muitas actividades não estão concluídas	2
		Existe um plano de trabalho regular, as acções são monitoradas quanto às metas do plano e a maior parte ou todas as actividades previstas estão concluídas	3
9. Inventário de recursos (Contexto)	Tem suficiente informação para gerir a área?	Há pouca ou nenhuma informação disponível sobre os habitats críticos, as espécies e os valores sócio-culturais associados à área protegida	0
		A informação sobre importantes habitats, espécies e valores culturais da área protegida não é suficiente para apoiar a planificação e a tomada de decisões	1
		A informação sobre importantes habitats, espécies e valores culturais da área protegida é suficiente para as áreas-chave da planificação/tomada de decisão, mas o trabalho de pesquisa necessário não está a ser realizado	2
		A informação sobre importantes habitats, espécies e valores culturais da área protegida é suficiente para apoiar a planificação e tomada de decisão e está a ser mantida	3
10. Sistemas de Fiscalização (Insumos)	Existem sistemas de controlar o acesso e uso de recursos na área protegida?	Sistemas de fiscalização (patrulhamento, licenciamento) ou não existem ou não são eficazes no controle de acesso e uso de recursos.	0
		Sistemas de fiscalização são somente parcialmente eficazes no controle de acesso e uso de recursos.	1
		Sistemas de fiscalização razoavelmente eficaz no controle de acesso e uso de recursos.	2
		Sistemas de fiscalização são largamente ou totalmente eficazes no controle de acesso e uso de recursos.	3
11. Pesquisa (Insumos)	Existe um programa de estudo e trabalho de investigação orientado para a gestão?	Não há nenhum estudo ou trabalho de investigação em curso na área protegida	0
		Existe algum estudo e trabalho de investigação <i>ad hoc</i>	1
		Há trabalho considerável de pesquisa e investigação, mas não é direccionado para as necessidades de gestão da área protegida	2
		Existe um programa abrangente e integrado de estudos e trabalho de investigação, que é relevante para as necessidades da gestão	3

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
12. Gestão de recursos (Processo)	A área protegida é adequadamente gerida (p.e., queimadas, espécies invasivas caça furtiva)?	Os requisitos para a gestão activa de importantes ecossistemas, espécies e valores culturais não foram avaliados	0
		Os requisitos para a gestão activa de importantes ecossistemas, espécies e valores culturais são conhecidos, mas não estão a ser abordados	1
		Os requisitos para a gestão activa de importantes ecossistemas, espécies e valores culturais só estão a ser parcialmente abordados	2
		Os requisitos para a gestão activa de importantes ecossistemas, espécies e valores culturais estão a ser substancialmente ou completamente abordados	3
13. Número do pessoal (Insumos)	O pessoal contratado é suficiente para gerir a área protegida?	Não existe pessoal	0
		O número do pessoal não é adequado para as actividades de gestão importantes	1
		O número do pessoal está abaixo do nível óptimo para as actividades de gestão importantes	2
		O número do pessoal é adequado para as necessidades de gestão do local	3
14. Formação do pessoal (Insumos/Processo)	Existe suficiente formação para o pessoal?	O pessoal não é formado	0
		A formação e capacitação do pessoal são fracas em relação às necessidades da área protegida	1
		A formação e capacitação do pessoal é adequada, mas podia ser mais melhorada para alcançar completamente os objectivos de gestão	2
		A formação e capacitação do pessoal estão em consonância com as necessidades de gestão da área protegida e com as necessidades futuras previstas	3
15. Orçamento corrente (Insumos)	O orçamento corrente é suficiente?	Não existe orçamento para a área protegida	0
		O orçamento disponível é inadequado para as necessidades básicas de Gestão e constitui uma séria limitação à capacidade de gerir	1
		O orçamento é aceitável, mas podia ser ainda melhorado para alcançar uma gestão plenamente efectiva	2
		O orçamento é suficiente e satisfaz as necessidades da gestão plena da área protegida	3

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
16. Garantia do orçamento nos próximos anos (Insumos)	O orçamento está garantido?	Não há orçamento garantido para a área protegida e a gestão é totalmente dependente do exterior ou de um financiamento ano por ano	0
		Há muito pouco orçamento garantido e a área protegida não poderia funcionar adequadamente sem financiamento externo	1
		Há um orçamento nuclear razoavelmente garantido para a área protegida, mas muitas inovações e iniciativas dependem de financiamento externo	2
		Existe orçamento garantido para a área protegida e as suas necessidades de gestão num ciclo multianual	3
17. Gestão do orçamento (Processos)	O orçamento é gerido para satisfazer as necessidades de gestão cruciais?	A gestão do orçamento é fraca e constrange a eficácia	0
		A gestão do orçamento é fraca e impede significativamente a eficácia	1
		A gestão do orçamento é adequada mas podia ser melhorada	2
		A gestão do orçamento é excelente e apoia a eficácia	3
18. Equipamento e Infraestruturas (Processos)	Há equipamento e instalações adequados?	Há pouco ou nenhum equipamento e instalações	0
		Há algum equipamento e instalações, mas estes são totalmente inadequados	1
		Há equipamento e instalações, mas ainda há algumas lacunas importantes que condicionam a gestão	2
		Há equipamento e instalações adequados	3
19. Manutenção do equipamento (Processo)	É feita a manutenção adequada do equipamento?	Há pouca ou nenhuma manutenção do equipamento e das instalações	0
		Há alguma boa manutenção <i>ad hoc</i> do equipamento e das instalações	1
		Faz-se uma manutenção do equipamento e das instalações, mas há algumas lacunas importantes na manutenção	2
		Faz-se uma boa manutenção do equipamento e das instalações	3

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
20. Programa de educação e consciencializaã o (Processo)	Existe um programa de educação planificado?	Não há nenhum programa de educação e consciencialização	0
		Existe um programa de educação e consciencialização limitado e <i>ad hoc</i> , mas não há uma planificação geral para isso	1
		Há um programa planificado e de educação e consciencialização mas ainda há graves lacunas	2
		Um programa planificado e eficaz de educação e consciencialização plenamente ligado aos objectivos e necessidades da área protegida	3
21. Processo de planificação de uso de terra e de água (Processo)	Processos para a a planificação de uso de água e de terra reconhecem a Á.C. e apoiam no alcance de objectivos?	Processos para a planificação para o uso de água e de terra nas áreas vizinhas não consideram as necessidades da ÁC e as actividades e políticas são prejudiciais à sobrevivência da ÁC	0
		Processos para a planificação para o uso de água e de terra nas áreas vizinhas não consideram as necessidades da ÁC mas as actividades e políticas não são prejudiciais à sobrevivência da ÁC	1
		Processos para a planificação para o uso de água e de terra nas áreas vizinhas consideram parcialmente as necessidades de longo prazo da ÁC	2
		Processos para a planificação para o uso de água e de terra nas áreas vizinhas consideram plenamente as necessidades de longo prazo da ÁC	3
Pontos adicionais		21a. Planificação e gestão na bacia hidrológica ou na paisagem em que é inserida a ÁC incorporá orientações de condições ambientais adequadas (por ex. quantidade e qualidade e faseamento de fluxos de água, poluição sonora e de ár, etc.) para o sustento dos habitats relevantes.	1
		21b. Gestão de corredores ligados à ÁC permite o acesso de fauna a habitats chaves fora da área de conservação. (por ex. permite peixes migratórios passar de zonas de desova nas águas doces até ao mar, ou migrações de espécies).	1
		21c. Planificação considera necessidades específicas das ecossistemas e/ou das espécies de preocupação particular na escala do ecossistema (por ex. quantidade e qualidade e faseamento de fluxos de água para sustentar espécies particulares, gestão de fogo de modo a manter habitats, etc)	1

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
22. Vizinhos estatais e comerciais (Processo)	Existe colaboração com os utilizadores vizinhos?	Não há contacto entre os gestores e os funcionários vizinhos ou utilizadores corporativos	0
		Há um contacto limitado entre os gestores e os funcionários vizinhos ou utilizadores corporativos	1
		Existe contacto regular entre os gestores e os funcionários vizinhos ou utilizadores corporativos, mas colaboração limitada	2
		Existe contacto regular entre os gestores e os funcionários vizinhos ou utilizadores corporativos e colaboração substancial na gestão	3
23. Comunidades indígenas (Processo)	Não preencher		x
			x
			x
			x
24. Comunidades locais (Processo)	As comunidades locais residentes ou próximo da área protegida contribuem para as decisões de gestão?	As comunidades locais não dão nenhum contributo nas decisões relativas à gestão da área protegida	0
		As comunidades locais dão algum contributo para as discussões relativas à gestão mas nenhum envolvimento directo nas decisões resultantes	1
		As comunidades locais contribuem directamente para algumas decisões relativas à gestão	2
		As comunidades locais participam directamente na tomada de decisões relativas à gestão	3
Pontos adicionais		Existe uma comunicação aberta e de confiança entre as partes interessadas locais e os gestores da área protegida	1
		Estão a ser implementados programas para melhorar o bem-estar da comunidade local, conservando ao mesmo tempo os recursos da área protegida	1
		Comunidades locais apoiam activemente a área protegida	1

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
25. Avaliação do benefício económico (Resultados)	A área protegida oferece benefícios económicos às comunidades locais?	A existência da área protegida, reduziu as opções para o desenvolvimento económico das comunidades locais	0
		A existência da área protegida não prejudicou nem beneficiou a economia local	1
		Existem alguns benefícios económicos para as comunidades locais com a existência da área protegida, mas isso é de pouca importância para a economia regional	2
		Existe um fluxo significativo ou importante de benefícios económicos para as comunidades locais dentro e à volta da área protegida (por exemplo, o emprego da população local, excursões comerciais operadas localmente etc.)	3
26. Monitoria e avaliação (Planificação/Processo)	O desempenho das actividades de gestão é monitorado?	Não existe monitoria e avaliação na área protegida	0
		Existe alguma monitoria e avaliação <i>ad hoc</i> , mas não uma estratégia global e/ou recolha regular de resultados	1
		Existe um sistema acordado e implementado de monitoria e avaliação mas os resultados não são utilizados sistematicamente para a gestão	2
		Existe um bom sistema de monitoria e avaliação bem implementado e usado na gestão adaptativa	3
27. Instalações dos visitantes (Produtos)	As instalações dos visitantes (para turistas, viajantes, etc.) são suficientemente boas?	Não existem nenhuma instalação e serviços para visitantes	0
		As instalações e serviços para visitantes são inadequados para os actuais níveis de visita ou estão a ser criados	1
		As instalações e serviços para visitantes são adequados para os actuais níveis de visitantes, mas poderão ser melhorados	2
		As instalações e serviços para visitantes são excelentes para os actuais níveis de visitantes	3
28. Turismo comercial (Processo)	Os operadores de turismo comercial contribuem para a gestão da área protegida?	Há pouco ou nenhum contacto entre gestores e operadores do turismo que utilizam a área protegida	0
		Há contacto entre gestores e operadores de turismo, mas isso limita-se praticamente a questões administrativas ou regulamentares	1
		Existe limitada colaboração entre gestores e operadores de turismo para melhorar a experiência dos visitantes e manter os valores da área protegida	2
		Existe Excelente colaboração entre os gestores e operadores de turismo para melhorar a experiência dos visitantes, proteger valores e resolver conflitos	3

Aspecto	Questão	Critérios	Classificação
29. Taxas (Produtos)	Quando as taxas (turismo, multas) são aplicadas ajudam a gestão da área protegida?	Embora as taxas sejam teoricamente aplicadas, elas não são colectadas	0
		A taxa é cobrada, mas vai directamente para o Governo central e não é devolvida à área protegida ou seus arredores	1
		A taxa é cobrada, mas é entregue à autoridade local ao invés de à área protegida	2
		Existe uma taxa para visitar a área protegida que ajuda a apoiar esta e outras áreas protegidas	3
30. Avaliação de Recursos (Resultados)	Qual a situação dos recursos naturais da AC comparando com a altura da sua declaração?	Importante biodiversidade, valores ecológicos e culturais estão a ser severamente degradados	0
		Alguma biodiversidade, valores ecológicos e culturais estão a ser severamente degradados	1
		Alguma biodiversidade, valores ecológicos e culturais estão a ser parcialmente degradados mas os valores mais importantes não sofreram um impacto significativo	2
		A biodiversidade, os valores ecológicos e culturais estão predominantemente intactos	3
Pontos adicionais		A avaliação de condição de recursos é baseada na pesquisa ou/e monitoria	1
		Programas de gestão específica estão a ser implementados para responder a ameaças à biodiversidade ou aos valores ecológicos e culturais	1
		Actividades de manter valores chaves da biodiversidade, cultura e ecología são parte integrante da gestão da AC	1
TOTAL DA PONTUAÇÃO			99
			%

ANEXO 4 - Ferramenta para Avaliar a Capacidade Administrativa / Financeira do Proponente

Critérios para Avaliar a Capacidade Administrativa/ Financeira	Pontos a Atribuir						Total Pontos Possíveis	Total Pontos por categoria
	5	4	3	2	1	0		
4 categorias:								
1. Estrutural								8
a. Existência de um Sector de Administração/ Finanças, além do Administrador			existe	Atribuição de funções de DAF a pessoas específicas		não existe	3	
b. Elaboração e Execução de orçamento pela AC e/ou pelo parceiro	Elabora e executa orçamento		Somente executa orçamento	Somente elabora orçamento		não elabora nem executa	5	
2. Recursos Humanos								20
a. Nº de pessoal técnico no sector de Administração e Finanças	NB informação, sem pontuação							
Dos quais, da AC	NB informação, sem pontuação							
Dos quais, do parceiro	NB informação, sem pontuação							
b. Qualificações técnicas								
Contabilidade	Superior	Tecnico	Medio	Básico profissional	Básico	nenhum	5	
Administração Pública	Superior	Tecnico	Medio	Básico profissional	Básico	nenhum	5	
Recursos Humanos	Superior	Tecnico	Medio	Básico profissional	Básico	nenhum	5	
Outros	Superior	Tecnico	Medio	Básico profissional	Básico	nenhum	5	

Critérios para Avaliar a Capacidade Administrativa/ Financeira							Total Pontos Possíveis	Total Pontos por categoria
Pontos a Atribuir								
3. Meios existentes								7
a. Existência de uma conta bancária gerida a nível da AC				existe		não existe	2	
b. Sistema de contabilidade em uso	programa especializado		Spreadsheet (ex. Excel)	Meio electrónico sem funções de cálculos (ex. Word)	registos em papel	Nenhum	5	
4. Histórico de gestão de fundos não estatais								15
a. Nº de projectos de fundos não estatais geridos nos últimos 3 anos	5+ proj.	4 proj.	3 proj.	2 proj.	1 proj.	0 proj.	5	
b. Valor médio anual de fundos não estatais geridos nos últimos 3 anos	>\$500.000	>\$250.000	>\$100.000	>\$10.000	<\$10.000	0	5	
c. Auditada nos últimos 3 anos	Global anual	Parcial anual		Global	Parcial	nunca	5	
Totais							50	50

ANEXO 5 – Modelo do Acordo de Subvenção



Logo do beneficiário



ACORDO DE SUBVENÇÃO

(Grant Agreement)

Entre

Fundação para a Conservação da Biodiversidade – BIOFUND, com sede na avenida Samora Machel, nº 323, 5º andar, cidade de Maputo, reconhecida através da Resolução do Conselho de Ministros nº 69/2011, de 29 de Dezembro, matriculada na Conservatória de Registo das Entidades Legais sob o nº 100 449 277, representada neste acto por “*inserir nome*”, na qualidade de Director Executivo e com poderes suficientes para o efeito, daqui em diante designada por “**BIOFUND**”;

E

“*Inserir Nome da Área de Conservação*”, com sede na “*inserir endereço*”, representada neste acto pelo “*inserir nome*”, na qualidade de “*inserir qualidade*” e com poderes suficientes para o efeito, daqui em diante designada por “**Beneficiário**”.

E

“(Em caso de Beneficiário seja sem personalidade jurídica, inserir a entidade que o representa (normalmente a ANAC))”

Considerando que:

- A. A BIOFUND concorda em conceder um financiamento em moeda nacional, no valor de *XX.000,00 MT (valor por extenso)*, a ser aplicado única e exclusivamente para o “*Nome da AC*” (o “**Beneficiário**”) e para os fins previstos no pedido de concessão aprovado (**Anexo I**) que faz parte integrante do presente Acordo;
- B. A ANAC declara que o Beneficiário está sob sua tutela e que se compromete a usar de forma criteriosa, prudente e responsável os fundos aqui consignados;
- C. Assim, para tornar efectiva a operação acima, as Partes pretendem fixar os termos de concessão, através do presente instrumento.

O presente **ACORDO DE SUBVENÇÃO** rege-se pelas disposições a seguir enunciadas e demais legislação aplicável.

1. Termos gerais

- 1.1 Para fins de administração, a este financiamento é atribuído o código “*XXX/Ano*”, o qual deverá ser usado em todas as correspondências e relatórios do Beneficiário do projecto.
- 1.2 O Beneficiário deverá usar o financiamento recebido apenas com o propósito de levar a cabo as actividades descritas no pedido de concessão aprovado e em conformidade com este Acordo.
- 1.3 O Beneficiário concorda que não irá delegar ou atribuir a terceiros, excluindo os parceiros directos da “*nome da AC*” quaisquer responsabilidades ou obrigações relacionadas com a realização do projecto ou actividades financiadas por este Acordo.
- 1.4 A BIOFUND pode usar à sua descrição, produtos ou resultados das actividades financiadas por este Acordo para actividades compatíveis com suas finalidades.
- 1.5 O Beneficiário deverá mencionar o apoio financeiro da BIOFUND para todas as actividades apoiadas na totalidade ou parcialmente por este Acordo, incluindo-as em todas as publicações produzidas ou informações divulgadas.
- 1.6 O Beneficiário indicará por escrito à BIOFUND, para aprovação, os nomes das pessoas autorizadas a representá-lo em toda a comunicação formal sobre o presente financiamento. Qualquer alteração dos representantes deverá ser comunicada por escrito à BIOFUND.
- 1.7 Para além das disposições fixadas no presente Acordo, o Beneficiário obriga-se a cumprir os requisitos de procedimentos da BIOFUND aplicáveis, incluindo os dos parceiros e financiadores, cujos fundos sejam alocados ao projecto coberto pelo presente Acordo.
- 1.8 Fica expressamente entendido que, a celebração do presente Acordo, não implica a obrigação de fornecer outros ou adicionais apoios ao Beneficiário.

2. Regras do desembolso e prestação de contas

- 2.1 A BIOFUND efectuará um desembolso inicial de *XX.000 MT (valor em extenso)*, mediante pedido formal do Beneficiário, em conformidade com o Plano de Actividades.
- 2.2 Esse adiantamento será desembolsado pela BIOFUND para uma conta bancária dedicada ao presente projecto, a ser aberta pelo Beneficiário, nos termos da Circular nº 02/GAB-MF/2014 de 16 de Setembro.
- 2.3 Posteriormente, os desembolsos serão efectuados mediante o reembolso dos valores correspondentes às prestações de contas mensais. **O reembolso estará dependente da recepção pela BIOFUND do resumo mensal das despesas efectuadas e dos justificativos, sustentados em documentos fiscalmente aceites.**
- 2.4 Os desembolsos poderão ser efectuados antes da prestação de contas mensal, sempre que o valor total das despesas ocorridas corresponda a 75% do adiantamento inicial.
- 2.5 Os relatórios de prestação de contas mensais deverão incluir:
 - 2.5.1 Um mapa resumo do valor recebido e todas as despesas pagas para a realização das actividades, classificadas segundo as linhas orçamentais do projecto aprovado, indicando a data e a modalidade de pagamento. O Beneficiário atestará que o mapa resumo das despesas está conforme as facturas originais que conservará na sede do Projecto, e estarão (essas facturas) acessíveis à BIOFUND;
 - 2.5.2 Ao mapa resumo deverão ser anexas todas as cópias das facturas, independentemente do valor da despesa.
- 2.6 As actividades financiadas por este Acordo serão implementadas durante o período compreendido entre “*data de início e de término do projecto*”. A data de encerramento deste financiamento será em “3 meses após o término do projecto”.
- 2.7 Qualquer despesa a ser efectuada pelo Beneficiário que venha a ser considerada não elegível para financiamento coberto pelo presente Acordo deverá ser assumida pelo Beneficiário através de outras fontes. No caso das despesas não elegíveis serem feitas com o desembolso final de fundos para o Beneficiário, um montante equivalente às despesas não elegíveis deve ser devolvido à BIOFUND.
- 2.8 O Beneficiário deverá apresentar relatórios técnicos (narrativa) e financeiros trimestrais, indicando o nível da implementação das actividades e a execução financeira.

3. Relatórios, registos e auditorias

- 3.1 O Beneficiário deverá notificar prontamente a BIOFUND da ocorrência de:
 - 3.1.1 Qualquer incumprimento ou violação do presente Acordo;
 - 3.1.2 Qualquer evento, desenvolvimento ou circunstância em que as actividades para as quais o Acordo está a contribuir possam ser impedidas ou prejudicadas.
- 3.2 Entende-se que a obrigação de comunicar rapidamente significa que o Beneficiário não deverá esperar para notificar a BIOFUND até a data limite de apresentação dos relatórios.

- 3.3 O Beneficiário deverá manter contas bancárias separadas para o uso de verbas recebidas ao abrigo do presente Acordo.
- 3.4 O Beneficiário tomará todas as medidas necessárias para permitir aos representantes da BIOFUND, incluindo auditores, acesso aos registos e livros de registo ou contabilísticos do Beneficiário e relatórios dos seus auditores. A BIOFUND notificará o Beneficiário com pelo menos sete (7) dias de antecedência, sobre qualquer visita.
- 3.5 O Beneficiário deverá, a pedido da BIOFUND, permitir que os representantes da BIOFUND possam visitar os locais e instalações, que estejam relacionados com este financiamento.
- 3.6 Qualquer saldo do financiamento não gasto deve ser devolvido à BIOFUND no prazo de trinta (30) dias a contar da data final do período de implementação especificado no nº 2.6 *supra*, salvo acordo por escrito em contrário entre a BIOFUND e o Beneficiário.
- 3.7 O Beneficiário deverá elaborar e apresentar à BIOFUND um Relatório Final seguindo o formato apresentado no **Anexo II** do presente Acordo e que faz parte integrante deste para todos os efeitos legais, dentro de sessenta (60) dias a contar da data final do término do projecto.
- 3.8 A BIOFUND irá avaliar o Relatório Final e reserva-se no direito de realizar (i) uma visita de campo ou (ii) uma missão independente de avaliação para ajudar a preparar um relatório de avaliação para apresentar ao seu Conselho de Administração sobre o desempenho do projecto.
- 3.9 O Beneficiário compromete-se a que a utilização dos fundos pagos sob forma de adiantamentos assim como a conta especial do Projecto sejam objectos de auditorias regulares, com uma periodicidade não superior a um ano.
- 3.10 O Beneficiário compromete-se a conservar os documentos originais arquivados em ordem cronológica, num lugar seguro, até cinco anos após o término do projecto.
- 3.11 A BIOFUND reserva-se o direito de adiar ou rejeitar qualquer pedido de desembolso de adiantamentos se o relatório de auditoria não for satisfatório por incumprimento do Beneficiário do projecto.

4. Procedimento de *Procurement*

- 4.1 Para a aquisição de bens e serviços utilizando fundos do Projecto, o Beneficiário usará os procedimentos do Manual de Execução da BIOFUND, na secção

5. Realocação dos fundos do Acordo

- 5.1. O Beneficiário deve apresentar um pedido por escrito e obter um parecer favorável da BIOFUND para realocação das verbas do orçamento do projecto:
 - 5.1.1. Entre os itens e actividades que aparecem no pedido de financiamento e que tenham sido aprovados para financiamento pelo BIOFUND; ou
 - 5.1.2. Para introduzir novos itens ou actividades.

6. Suspensão

- 6.1. A BIOFUND reserva-se o direito de suspender um ou mais desembolsos nas circunstâncias seguintes:

- 6.1.1. Se os relatórios exigidos no ponto 3 *supra* não forem apresentados pelo Beneficiário dentro do prazo estabelecido, ou estiverem incompletos.
- 6.1.2. Se as visitas de campo indicarem que a evolução física não é consistente com informações reportadas nos relatórios de progresso apresentados;
- 6.1.3. Se os fundos do financiamento não forem aplicados para os fins pretendidos, ou de alguma forma o seu uso não for concordante com os termos e condições deste Acordo;
- 6.1.4. Se o Beneficiário não fornecer as informações necessárias/documentos aos representantes e auditores da BIOFUND.

6.2. O Beneficiário será notificado para corrigir tais deficiências no prazo de quinze (15) dias, sob pena de suspensão de desembolsos.

6.3. Cabe à BIOFUND verificar se as deficiências detectadas forem devidamente corrigidas, podendo em função disso decidir pelo levantamento da suspensão, sem prejuízo do estabelecido no nº 7.1.3 *infra*.

7. Rescisão do Acordo:

7.1. A BIOFUND reserva-se no direito de rescindir o presente Acordo, se:

- 7.1.1. Existirem desvios de aplicação correspondentes a mais de dez por cento (10%) em relação ao valor global da proposta aprovada;
- 7.1.2. Nenhum valor tiver sido usado durante os seis (6) meses a contar da data da assinatura do presente Acordo;
- 7.1.3. Existirem sucessivas falhas por parte do Beneficiário em corrigir a situação que levou à suspensão referida no nº 6 *supra* deste Acordo, ou, se o Beneficiário não tomar medidas concretas para corrigir a situação dentro do prazo estabelecido pela BIOFUND;
- 7.1.4. Concluir que os fins para os quais os fundos foram desembolsados não serão atingidos por manifesta incapacidade do beneficiário.

7.2. A BIOFUND comunicará por escrito da rescisão com uma antecedência mínima de quinze (15) dias do seu término.

7.3. Se na data da comunicação mencionada no número anterior, houver qualquer saldo de fundos recebidos, e despesas injustificadas, deverá o mesmo ser devolvido à BIOFUND no prazo de noventa (90) dias a contar da data da rescisão.

8. Assunção de responsabilidades

8.1. As partes e/ou o Beneficiário concordam em indemnizar a outra parte por quaisquer danos resultantes de actos ou omissões que configurem graves violações aos termos do presente Acordo, ou, que lesem o seu bom nome e a sua reputação, dos seus gestores, funcionários e colaboradores.

9. Exclusão de responsabilidade da BIOFUND

9.1. A BIOFUND não será responsável por perdas, danos, reclamações ou outras responsabilidades decorrentes das actividades do Beneficiário.

10. Alterações ou emendas

10.1.Quaisquer alterações ao presente Acordo só terão validade desde que feitas por escrito, em forma de adenda, e assinadas por ambas as Partes.

11. Cláusula anti-corrupção

11.1.As partes comprometem-se a não oferecer, directa ou indirectamente, vantagens a terceiros, e nem solicitar, prometer ou aceitar, para benefício próprio ou de outrem, ofertas com o propósito de obter julgamento favorável sobre os serviços a prestar, conforme fixado na Lei nº 6/2004 de 17 de Junho.

11.2.O Beneficiário compromete-se a :

- Garantir que os seus fundos próprios e fundos investidos no projecto não sejam de origem ilícita.
- que o projecto (inclusive durante a negociação, contratação e execução de contractos financiados a partir da Subvenção) não resulte em qualquer ato de corrupção, fraude ou práticas anti-concorrenciais;
- que logo que tenha conhecimento de um ato de corrupção, fraude ou suspeita de práticas anti-concorrenciais ou tais actos ou práticas, para a informar sem demora a BIOFUND;
- que no caso supracitado, ou a pedido da BIOFUND, em caso de suspeita de tais actos, tome as medidas necessárias por forma sanar até satisfazer a BIOFUND dentro do tempo estabelecido por esta; e
- notificar imediatamente à BIOFUND caso tenha conhecimento de informações que levanta suspeitas sobre os fundos de origem ilícita investidos no projecto

12. Arbitragem

12.1.Todos os esforços serão feitos para resolver amigavelmente os litígios decorrentes do presente acordo.

12.2.No caso de não ser possível chegar a uma solução amigável, um painel de arbitragem de três pessoas competentes será formado sendo que uma das pessoas será nomeada pela BIOFUND, uma pessoa será nomeada pelo Beneficiário, e uma outra pessoa será nomeada conjuntamente, sem prejuízo do estabelecido na legislação específica sobre arbitragem.

O presente Acordo é feito em Maputo, no dia ... de ... de 20..., em três exemplares, e é assinado por cada uma das partes, ficando um exemplar com cada um, sendo todos de igual valor e conteúdo jurídico.

Anexos:

I – Inserir “Termos de aprovação do pedido de concessão”.

Director Executivo, BIOFUND

Director Geral da ANAC

Administrador da AC